



CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

REQUERIMENTO DE APLAUSO

VOTO DE APLAUSO à luta em defesa da escola pública na cidade de São Paulo.
AUTOR: Vereador Ricardo Alvarez (PSOL)

Senhor Presidente

A decisão autoritária do prefeito Ricardo Nunes de afastar diretores de escolas municipais de São Paulo sem qualquer processo legal ou diálogo com a comunidade escolar é um ataque frontal à gestão democrática e à estabilidade do ensino público. A medida, tomada de forma unilateral e sem transparência, desrespeita não apenas a trajetória desses profissionais, mas também o direito de estudantes a uma educação de qualidade. A arbitrariedade do gestor municipal evidencia um desprezo pela expertise de servidores que dedicam anos às suas unidades, muitas vezes em condições adversas.

A atuação desses diretores em regiões de alta vulnerabilidade social é insubstituível. Eles não apenas administram escolas, mas funcionam como articuladores de políticas públicas, mediadores de conflitos e promotores de inclusão. Afastá-los é provocar a desestabilização de comunidades inteiras que se referenciam no trabalho desenvolvido nas unidades educacionais. O governo Nunes, ao ignorar esse papel estratégico, demonstra total desconexão com a realidade da rede municipal e age com um centralismo incompatível com os princípios da educação pública.

A medida desconsidera flagrantemente o Artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que garante a gestão democrática com participação da comunidade escolar. Ao impor esse afastamento, Nunes substitui o diálogo por decreto, instalando um modelo de gestão tecnocrata e verticalizado, além de descartar a história daquelas instituições escolares e do trabalho realizado por suas direções. Experiência acumulada é sinônimo de vínculos fortalecidos com a comunidade e projetos educacionais consolidados – justamente o que a prefeitura deveria valorizar.

As declarações de apoio aos diretores que Nunes tenta afastar têm sido muitas e dos mais diversos campos da sociedade. Houve posicionamento de pessoas públicas e parlamentares, de colegas de trabalho e de profissionais da Rede Municipal de Educação, professores, coordenadores, diretores e supervisores escolares. Mas o que tem sido visto é o massivo apoio das próprias comunidades escolares a seus diretores. Os alunos e seus familiares entendem a função que a gestão escolar exerce e não quer que seu trabalho seja substituído por alguém que não faz parte daquele local e daquela comunidade.

Não há eficiência onde falta legalidade: um governo que despreza processos





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

administrativos, impessoalidade e a história construída nas unidades escolares não pode alegar interesse público. A escalada autoritária de Nunes – que vem sucateando a educação municipal de São Paulo, além de não ter cumprido com os compromissos assumidos com os Sindicatos durante o período de greve ocorrido neste ano – agora atinge um novo patamar, com claros objetivos de controle político sobre as escolas.

A resistência a esse ataque deve ser firme. É urgente que o Ministério Público, a Justiça e a sociedade civil barrem essa afronta, exijam a reintegração dos diretores e a imediata suspensão desse tipo de intervenção autoritária e descabida. A educação paulistana não pode ser refém de um projeto de poder que subordina o ensino a interesses do governo de plantão. Educação deveria ser um projeto de Estado e nunca de governo, muito menos de um governo que despreza peremptoriamente o que sua própria rede municipal de ensino produz. Reverter esse quadro é defender não apenas os servidores, mas o futuro de uma geração inteira de estudantes, além de garantir que os princípios pedagógicos sustentados e definidos pela LDB sejam garantidos.

Temos visto, desde que as medidas autoritárias de Nunes foram anunciadas, uma movimentação em defesa da escola pública muito forte, que transcende os espaços escolares. Além das comunidades escolares se colocarem ao lado dos diretores das escolas, têm havido manifestações de diversos segmentos da sociedade em defesa do trabalho realizado nas escolas da cidade de São Paulo.

Desta forma, REQUEIRO que seja incluído em ata dos trabalhos desta Casa **VOTO DE APLAUSO** à luta em defesa da escola pública na cidade de São Paulo.

1) SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SINPEEM, 2) Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo - SEDIN, 3) SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SINESP

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 2 de junho de 2025.

Ver. Ricardo Alvarez
VEREADOR

Ver. Clóvis Girardi - PT, Ver. Tiago Nogueira - PT, Ver. Wagner Lima - PT

